

Sumário

Introdução	5
1 Antecedentes lógicos à compreensão do sistema processual contemporâneo	13
1.1 O processo como fenômeno cultural e as suas respectivas fases metodológicas.....	13
1.1.1 Praxismo	15
1.1.2 Processualismo	17
1.1.3 Instrumentalismo.....	18
1.1.4 Formalismo valorativo ou Neoprocessualismo: quarta fase metodológica?	24
2 A superação dos modelos tradicionais de organização do processo e a opção por um novo modelo: o cooperativo	31
2.1 O fim dos protagonismos	31
2.1.1 A escolha por um terceiro modelo.....	40
2.1.2 A inspiração no direito português.....	46
2.2 O princípio da cooperação e a sua eficácia normativa	50
2.2.1 Inconstitucionalidade por violação ao contraditório?	56
3 O papel dos juízes e das partes no modelo cooperativo	63
3.1 A gestão compartilhada do processo	63
3.1.1 Poderes-deveres do juiz	72
3.1.2 O aumento dos poderes do juiz e a crise de autoritarismo e imparcialidade	87

3.2 Deveres de cooperação das partes: cooperação <i>inter partes?</i>	97
3.3 Descumprimento do dever de cooperação	104
4 O princípio da cooperação como mecanismo de efetividade e eficiência da sentença.....	109
4.1 A crise de inefetividade e o poder geral de efetivação das decisões judiciais: o art. 139.º, IV, do Código de Processo Civil brasileiro	109
4.2 Medidas coercitivas: aspectos gerais.....	119
4.2.1. Medidas coercitivas atípicas	125
4.3 Limites e pressupostos das medidas coercitivas atípicas.....	131
4.3.1. Os limites do poder geral de efetivação na análise dos casos concretos	138
Conclusão	147
Referências.....	151
Jurisprudência	171